

From:
To: [Consulta Publica ERSE](#)
Subject: CP 126 RTecnicos2025_81 3 de janeiro de 2025
Date: 16:14:22

Exmos. Senhores,

No âmbito da consulta pública da proposta de atualização do Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade para o período de 2026 a 2030 (PDIRD-E 2024), venho enviar o meu contributo, pedindo que sejam omitidos os meus dados pessoais:

- A E-Redes, enquanto operador da Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade, apresenta uma proposta de Plano de Desenvolvimento e Investimento na Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade para o período de 2026 a 2030 (PDIRD-E 2024) que prevê um investimento de 1.607,6 milhões de euros, o que representa o dobro (sim, o dobro) do investimento que foi aprovado para os cinco anos anteriores, não se compreendendo o motivo para um tão grande crescimento. Também não se percebe o que motiva o expressivo valor de 256,7 milhões de euros (15% do total previsto) em encargos diretos, transversais e financeiros.

- Subsiste a dúvida: quem pagará todo este investimento, e a que custo?

- É lamentável constatar que o plano tenha um foco exclusivo na eletrificação, prevendo investimentos massivos na modernização e na expansão da rede elétrica e ignorando completamente a infraestrutura do Sistema Nacional de Gás e a sua progressiva descarbonização, através da incorporação de gases de origem renovável e de gases de baixo teor de carbono. A transição energética não passa apenas pela eletrificação dos consumos, mas, sim, por uma abordagem equilibrada a todo o sistema, assente numa interação virtuosa entre a eletrificação e o consumo de gases renováveis (desde logo, de biometano e de hidrogénio verde). Deve ser considerado o contributo de todas as fontes de energia, quer nos segmentos residencial e dos serviços (onde a infraestrutura de gás é hoje aquela que é capaz de oferecer a solução energética mais económica para famílias e empresas), mas, de igual forma, em setores difíceis de eletrificar, como a indústria ou os transportes pesados (seja de passageiros, seja de mercadorias).

- O plano não permite concluir que o investimento proposto e a visão elétrica nele contido sejam a única opção e aquela que melhor serve os interesses das famílias e empresas, e, claro está, do País.

Com os melhores cumprimentos,